

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA _ª VARA CÍVEL DE BATATAIS,
ESTADO DE SÃO PAULO.**

(01) AGROPLANTA FERTILIZANTES E INOVAÇÕES LTDA.

(“AGROPLANTA”), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF nº 48.524.268/0001-59, com endereço na Rodovia Cândido Portinari (SP-334), s/n, km 349,5 – Bairro Vila Cruzeiro - CEP 14300-000, Batatais, Estado de São Paulo;

(02) CHRISTOVAM GARCIA PRADO FERNANDES, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, empresário produtor rural, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.485.616/0001-01 e no CPF/MF sob o nº 863.972.068-15, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.971.757 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Senador Feijó, nº 659, bairro Vila Maria, Batatais, Estado de São Paulo; e **(03)**

FLÁVIO GARCIA FERNANDES, brasileiro, divorciado, empresário produtor rural, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 21.863.119/0001-68 e no CPF/MF sob nº 190.658.508-30, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.903.337 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Senador Feijó, nº 645, bairro Vila Maria, Batatais, Estado de São Paulo (em conjunto **“REQUERENTES”** ou **“GRUPO AGROPLANTA”**), vêm, por seus advogados abaixo assinados (doc. anexo), com fundamento nos artigos 47 e demais aplicáveis da Lei nº 11.101/05 (**“LRF”**), formular o presente pedido de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, pelas razões a seguir expostas.

1 - DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL

Desde 1985 a matriz da AGROPLANTA se situa em Batatais/SP, conforme contrato social (doc. anexo), apresentação institucional (doc. 01) e *website*¹. No mesmo local são exercidas as atividades dos demais Requerentes, todos integrantes do GRUPO AGROPLANTA, conforme será detidamente explicado abaixo.

Dessa unidade emanam todas as decisões relativas à gestão do GRUPO AGROPLANTA, além de ser o endereço onde ocorre o maior volume de operações e onde se localizam o maior número de credores e funcionários.

Conforme disposto na Lei de Recuperação Judicial e Falência (“LRJ”), é competente para processar o pedido de recuperação judicial o Juízo do principal estabelecimento da devedora². Para tanto, considera-se como principal estabelecimento o local onde se encontra o centro de tomada das decisões econômicas e administrativas do devedor. Nesse sentido, o e. TJSP:

“PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Pedido formulado em conjunto pelas empresas por H-BUSTER SÃO PAULO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, com sede em Cotia-SP e por H-BUSTER DA AMAZÔNIA INDÚSTIA E COMÉRCIO S/A, com sede em Manaus-AM. Litisconsórcio ativo admitido, Competência para o processamento do pedido de recuperação judicial. Declinação da competência para o foro da Comarca de Manaus-AM com base no critério de porte econômico, por ser naquela cidade em que o grupo de empresas concentra a maior parte de seus ativos, auferir a maior parte de sua receita operacional e

¹ <http://www.agroplanta.com.br/>.

² Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

onde possui o maior número de funcionários. Centro decisório do grupo, contudo, situado na Comarca de Cotia-SP. Exegese do artigo 3º da Lei nº 11.101/05. Precedentes do STJ e do TJSP. Principal estabelecimento correspondente ao local de onde emanam as principais decisões estratégicas, financeiras e operacionais do grupo de empresas. Competência do foro da Comarca de Cotia-SP para o processamento do pedido de recuperação judicial. Agravo Provido.³

Agravo de instrumento. Decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial dos agravados. Competência para o decreto de falência. Juízo do local do principal estabelecimento do devedor. Inteligência do art. 3º da Lei n. 11.101/05. Recuperação judicial de empresários produtores rurais. Natureza declaratória do registro dos produtores rurais na JUCESP reconhecida. Art. 971 do CC. Aplicação da teoria da empresa. Conceito jurídico de empresário determinado pelo efetivo exercício de atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços, nos termos do art. 966, caput, do CC. Art. 48, caput, da LRF que apenas exige que o empresário que pleiteia a recuperação judicial exerça suas atividades há mais de dois anos, nada dispondo sobre a necessidade de registro na Junta Comercial por igual período. Processamento da recuperação que depende apenas da verificação formal dos requisitos objetivos dos arts. 48 e 51 da LRF. Litisconsórcio ativo de empresas integrantes do mesmo grupo econômico de fato. Possibilidade de reunião das recuperações judiciais. Intenso vínculo negocial existente entre os agravados. Recurso improvido.⁴

“Agravo de instrumento. Recurso interposto contra a r. decisão que deferiu o processamento da recuperação extrajudicial em favor da

³ TJSP – Agravo de instrumento 0080995-49.2013.8.26.0000 – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Rel. Des. Alexandre Marcondes – j. 21.05.2013.

⁴ TJSP - Agravo de Instrumento 2152473-10.2018.8.26.0000 – Rel. Des. Hamid Bdine – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – j. 09/11/2018

agravada. Inteligência do art. 3º da Lei nº. 11.101/05 à luz da Doutrina. Competência determinada pelo local do principal estabelecimento, de onde emanam as diretrizes empresariais do negócio. Agravada que possui endereços nesta Capital, local de seu principal estabelecimento, de onde emanam as diretrizes administrativas e decisórias. Unidade de Sorocaba que não se encontra mais em funcionamento. Atividades exercidas apenas na Comarca de Camaçari/BA e nesta Capital. Tese recursal de que a aplicação do disposto no art. 6º, § 8º, da Lei nº. 11.101/05 ensejaria prevenção especial da 5ª Vara Cível de Sorocaba, onde se processam onze pedidos de falência da agravada. Inadmissibilidade. Dispositivo que não faz menção expressa às hipóteses de recuperação extrajudicial, restringindo-se sua aplicabilidade aos casos de novo pedido falência ou de recuperação judicial. Concordância da D. PGJ. Demanda originária que se encontra em plena tramitação (com mais de sete mil páginas), o que revela o descabimento da invalidação de todo o processado. Ausência de dano à agravante, pois, a despeito da suspensão dos dois pedidos de falência por ela ajuizados, seu crédito encontra-se contemplado no plano de recuperação extrajudicial. Agravo de instrumento desprovido.⁵

Desse modo, inequívoca a competência desse MM. Juízo.

2 – INTRODUÇÃO: BREVE SÍNTESE DA HISTÓRIA DO GRUPO AGROPLANTA

Trata-se de pedido de recuperação judicial realizado pelo GRUPO AGROPLANTA, que é integrado pela empresa AGROPLANTA, bem como pelos produtores rurais responsáveis por sua operação, os Requerentes CHRISTOVAM

⁵ TJSP - Agravo de Instrumento 2208339-37.2017.8.26.0000 – Rel. Des. Carlos Dias Motta - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – j. 14/02/2018

GARCIA PRADO FERNANDES E FLÁVIO GARCIA FERNANDES.

A atuação dos Requerentes no setor rural já soma mais de 4 décadas.

Em 1977, o Requerente CHRISTOVAM constituiu a empresa individual “AGROPLANTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS”. A empresa teve seu início com a produção do fertilizante foliar “PLANTOFOL”, um dos líderes de vendas para a cultura de café à época.

Desde então, a AGROPLANTA destina-se ao setor de fertilizantes e micronutrientes. Concomitantemente, os Requerentes CHRISTOVAM e FLÁVIO eram responsáveis pela operação da AGROPLANTA e produtores rurais focados no plantio, valendo-se, para tanto, da sinergia com a empresa que capitaneavam, AGROPLANTA, utilizando seus produtos no campo.

Com a construção de sua sede própria em 1985, no município de Batatais, a empresa expandiu sua linha de produtos, iniciando a produção de fertilizantes sólidos e fluídos para aplicações em diversas culturas. Na ocasião, O Requerete FLÁVIO passou a integrar formalmente a sociedade.

Essa unidade está localizada no município de Batatais/SP e sua planta ocupa uma área de aproximadamente 16.000m² (doc. 01). Confira-se:



Seguindo essa linha de crescimento industrial e expansão de sua linha de produtos, a AGROPLANTA inaugurou, em 1998, a sua segunda unidade industrial sob denominação de “João Garcia Fernandes” (doc. 01), a qual foi especialmente criada para a fabricação de fertilizantes granulados à base de micronutrientes. Também localizada no município de Batatais, a unidade ocupa uma área de mais de 170.000m²:



Insta salientar que esse crescimento só foi possível em razão da atuação comprometida e diligente dos Requerentes CHRISTOVAM e FLÁVIO, os quais – além de figurarem como sócios – exercem atividades típicas de produtores rurais em prol da AGROPLANTA.

Fato é que a AGROPLANTA possui forte atuação no mercado de fertilizantes, tendo inclusive sido considerada a maior empresa fabricante de

micronutrientes da América Latina em 2007. Somado a isso, tem-se que a empresa possui representação em diversos estados território brasileiro⁶.

Assim, como visto, os Requerentes já estão no setor rural há mais de 40 (quarenta) anos em diversas regiões do país.

Durante esse período os Requerentes CHRISTOVAM e FLÁVIO se dedicaram à criação de gado e principalmente ao plantio. Nos últimos anos e, atualmente, fazem plantação de café, soja e algodão, e, para tanto, utilizam dos produtos da AGROPLANTA, formando assim uma sinergia e simbiose comercial e operacional.

Conforme demonstrado, somado ao trabalho desenvolvido na empresa AGROPLANTA, CHRISTOVAM e FLÁVIO têm atividades particulares como produtores rurais, atividades estas interligadas com a atividade já desenvolvida por eles como sócios da AGROPLANTA.

3 - EXPOSIÇÃO DAS RAZÕES DA CRISE ENFRENTADA PELO GRUPO AGROPLANTA

Talvez a maior razão da crise seja a captação de recursos pelos Requerentes perante o hoje falido Banco BVA. Isso porque, conforme hoje é alvo de inúmeras ações judiciais, referida instituição financeira menoscabava a regulamentação bancária e tinha como prática a cobrança de comissões, taxas e encargos ilegais.

Dentre tais ilegalidades, aquela que mais prejudicou o caixa das

⁶ <http://www.agroplanta.com.br/representantes.htm>

Recuperandas foi a denominada “comissão de estruturação”, valores expressivos simplesmente apropriados pelo Banco a título de conceder o empréstimo. Tais comissões são rechaçadas pela jurisprudência dessa Corte, mormente porque realizada à mingua de autorização do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional⁷.

Para se ter uma ideia do prejuízo, veja-se no documento anexo (doc. 02) que, de R\$ 29 milhões tomados em empréstimos pelas Requerentes em 2010, mais de **R\$ 8 milhões** (R\$ 8.102.751,77 - valores históricos!) foi simplesmente descontado da conta bancária da AGROPLANTA a título da referida comissão. Somadas a outras taxas e encargos, o valor de comissões, taxas de estruturação e outros serviços “casados” impostos pelo Banco BVA chegou ao absurdo montante de **27% do originalmente contratado**. Tudo isso sem previsão legal!

No final das contas, do endividamento contratado de R\$ 29 milhões foi liberado apenas R\$ 21 milhões e atualmente supostos titulares dessas dívidas cobram quantias estratosféricas da empresa, o que vem inviabilizando a sua atuação no mercado, colocando em risco as suas atividades, empregos, fornecedores e clientes que dependem da sua atuação.

Fica pior porque a referida operação passara então a ser alvo de outras ilegalidades, como a atualização pela taxa CDI, rechaçada pela súmula

⁷ “CONTRATO BANCÁRIO. Mútuo. Cobrança de comissão de estruturação. Inadmissibilidade por inexistência de autorização pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Jurisprudência do STJ e desta C. Corte. Solução adequada ao REsp 1251331/RS. Decisão que negou provimento à apelação mantida. Agravo regimental improvido” (TJSP - AgInt 1051323-33.2014.8.26.0100 - 37ª Câmara de Direito Privado - Rel. José Tarciso Beraldo, j. 17/04/2018).

“(…) COMISSÃO DE ESTRUTURAÇÃO. Abusividade. Serviços que justificam a incidência da tarifa não especificados de forma clara no contrato, tampouco provada a sua efetiva prestação por parte da Embargada. Valor, ademais, exorbitante, que supera os recursos mutuados efetivamente liberados aos Embargantes. Sentença mantida nesse ponto. (TJSP - Apelação Cível 1032595-07.2015.8.26.0100 - 12ª Câmara de Direito Privado - Tasso Duarte de Melo - j 07/12/2018).

176 do STJ, bem como o acréscimo de juros que só poderiam ser cobrados por instituições financeiras – mas continuaram a ser cobrados ainda que depois da quebra do BVA e da cessão do crédito entidades que não são instituição financeira – o que é igualmente rechaçado pela jurisprudência desse E. TJSP⁸.

Assim como inúmeras outras empresas que contrataram com o BVA e outros bancos de pequeno porte hoje falidos – Prosper e Cruzeiro do Sul por exemplo – criou-se uma dívida impagável e que tem como garantia relevantes ativos dos Requerentes, necessários ao seu soerguimento.

Outra grande parte do endividamento decorre de uma operação que, embora empresarialmente acertada, ainda não rendeu os frutos esperados pelos Requerentes.

Com efeito, a fim de solucionar seu problema de caixa e patrimonial, a AGROPLANTA, em 2018, adquiriu relevantes carteiras de direitos creditórios detidos por terceiros em face da União Federal, conforme anexas escrituras públicas de cessão de crédito (docs. 03/05). Como é comum, adquiriu crédito com desconto aguardando o recebimento integral de um credor solvente, a União.

⁸ Nesse contexto, com todas as vênias, é patente que o cessionário (Livorno Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados), ora apelado, entidade não integrante do Sistema Financeiro Nacional, não pode cobrar os encargos, os juros e a correção monetária próprios de Instituição Financeira, como, in casu, o Banco cedente. (...).

Na verdade, dada a natureza jurídica do cessionário, no caso, esta não pode receber os contratos como se fosse ente participante do Sistema Financeiro Nacional. Assim, não pode receber os créditos em questão como integrante do Sistema Financeiro Nacional, já que tais contratações são exclusivas de entes pertencentes a tal Sistema. (...)

Portanto, com certeza, pelos conceitos lançados, o apelado não pertence ao Sistema Financeiro Nacional. Mais ainda, nos termos da Lei nº 4.595/64, mais precisamente no seu artigo 10, dentre das competências privativas do Banco Central do Brasil, está a de exercer a fiscalização das instituições financeiras e aplicar as penalidades previstas. Ora, como o apelado não pertence ao Sistema Financeiro Nacional não está sujeita à fiscalização do Banco Central do Brasil, não podendo, portanto, ter qualquer prerrogativa inerente àquele que pertence a tal Sistema (TJSP – Apelação nº 1014277-53.2014.8.26.0506 – 22ª Câmara de Direito Privado – Rel. Des. Roberto Mac Cracken – j. 11.12.2014).

Como dito, os Requerentes entendem que foi uma decisão acertada em razão do reflexo patrimonial decorrente da aquisição de tais créditos com deságio, mas fato é que, em razão da demora inerente aos processos judiciais contra a Fazenda Pública e recebimento via precatório, o dinheiro não entrou no caixa da AGROPLANTA no tempo esperado.

Em adição, o fluxo de caixa da AGROPLANTA não permitiu até o momento o pagamento do preço de aquisição dos créditos, o que sujeita a Agroplanta a encargos que devem ser estancados pelo pedido de recuperação judicial e reestruturados no plano. Fato é, porém, que a AGROPLANTA é titular de relevantes direitos creditórios que deverão ser recebidos – espera-se - no curto ou médio prazo.

Ao tempo em que o endividamento aumenta por meio de tais taxas, e já comprometidos ativos que poderiam servir como garantia a outras linhas de crédito, o agronegócio brasileiro não vive seu melhor momento. Especialistas apontam que a razão da crise em proporções antes nunca vistas se justifica pelo fato de o cenário deficitário ter impactado tanto no **ambiente interno**, como no **externo**⁹.

O cenário nacional foi abalado pela crise política de 2016, que gerou uma grave crise econômica, afetando diretamente o setor agrícola¹⁰. Somando-se a isso, houve perda na produção devido as variações climáticas que afetaram diretamente as lavouras¹¹ e, conseqüentemente, o setor de

⁹<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opinio-cepae/o-agronegocio-e-as-cries-interna-e-externa-desafios-e-oportunidades.aspx>, consultado em 18.06.2019, às 15h57min.

¹⁰<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2017/03/economia-brasileira-vive-pior-recessao-da-historia-1014031578.html>, consultado em 14.01.2019, às 20h35.

¹¹<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/agronegocio-sente-crie-e-perde-empregos-producao-e-receita.ghtml>, consultado em 15.01.2019, às 12h11.

insumos agrícolas.

Contudo, com as boas perspectivas do mercado para o setor agrícola e, no caso das Requerentes, pela proporção (positiva) que seus negócios tomaram no decorrer de sua história, não é possível simplesmente abandonar o negócio. Isto pois, o abandono de seus negócios impactaria na atividade de diversos clientes, produtores rurais e, principalmente, na renda dos seus mais de **130 funcionários** e aproximadamente **390 empregos indiretos**.

Assim, negócios como o das Requerentes têm de ser ajustados, consertados, e não simplesmente abandonados. É aí que se justifica a presente demanda.

A lei de recuperação de empresas vai justamente nesse sentido: reequilibrar uma empresa viável que, por uma razão precária, não percebe números positivos. Como se vê nos documentos acostados, em que pese aos resultados negativos dos últimos exercícios financeiros, os indicativos e previsões de mercado para o setor voltam a apresentar bons sinais de recuperação, e indicam boas perspectivas para um futuro próximo.

Em conjunto com as boas perspectivas de mercado futuras, os Requerentes possuem uma carteira de clientes consolidada, excelente maquinário de produção e uma dívida passível de renegociação, na exata previsão e intenção legislativa.

Nesse sentido, o deferimento do processamento da recuperação judicial permitirá que o GRUPO AGROPLANTA se mantenha responsável pela geração de emprego e renda de diversas famílias, sanando as dificuldades que pontualmente os afligem e podendo prosseguir no exercício da função social da



empresa.

4 -VIABILIDADE ECONÔMICA E OPERACIONAL DO GRUPO AGROPLANTA

O GRUPO AGROPLANTA tem a certeza de que com o processamento desta recuperação judicial será capaz de equalizar seu passivo, restaurar uma relação de confiança com seus clientes, fornecedores e bancos.

Como se observa da projeção acostada à essa inicial (doc. 06), é inegável a capacidade do GRUPO AGROPLANTA de continuar operando no setor após a renegociação de suas dívidas existentes até o momento com seus credores.

Não é demais reiterar, ainda, que o Grupo Agroplanta gera mais de 130 empregos diretos.

E este é exatamente o tipo de empresa resguardada pelo texto do art. 47 da LRF, *in verbis*:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica¹².

Em verdade, o principal objetivo da recuperação judicial é “*salvar a empresa em crise que demonstre ser econômica e financeiramente viável, com*

¹² SALLES, Paulo F. C. Salles de Toledo; ABRÃO, Carlos Henrique (coord.). Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 109.

a finalidade precípua de mantê-la empregadora de mão de obra, produtora e distribuidora de bens e serviços, criadora de riquezas e de prosperidade, gerando impostos e, por igual, ao mesmo tempo, respeitar os interesses dos credores⁷”.

Deste modo, resta demonstrado que a recuperação do GRUPO AGROPLANTA é plenamente possível e viável, atendendo aos requisitos e princípios que regem a LRF.

5 - DO LITISCONSÓRCIO ATIVO

Sabe-se que a recuperação judicial pode ser requerida por uma única entidade devedora ou em litisconsórcio ativo. No presente caso, o litisconsórcio ativo se faz prudente e necessário por inúmeros motivos. Resumidamente, fato é que os Requerentes estão intrinsecamente conectadas em decorrência dos vínculos familiares, comerciais, societários e financeiros e, decisivamente, fazem parte de um mesmo grupo econômico interligado.

Primeiro, porque, como se depreende do narrado acima e dos documentos anexos, trata-se de grupo econômico composto por **uma empresa** – AGROPLANTA - e **dois empresários produtores rurais, com vínculo familiar, societário e comercial**: CHRISTOVAM GARCIA PRADO FERNANDES e FLÁVIO GARCIA FERNANDES. Todos dedicaram – e dedicam – em conjunto sua vida à atividade rural desenvolvida de forma familiar.

Para todos os efeitos, o vínculo societário e familiar representa os esforços que são empenhados em comum para a salvaguarda de toda a organização, na qual cada parte desempenha um papel, que, em conjunto, é orquestrado para a consecução dos objetivos do grupo – a venda de insumos

para o agronegócio, bem como sua utilização nas plantações dos Requerentes CHRISTOVAM e FLÁVIO.

Segundo, porque existe uma interligação entre os passivos dos Requerentes, na medida em que grande parte das dívidas da AGROPLANTA é garantida pelos demais Requerentes. Assim, não seria prudente, quiçá viável, o processamento separado de recuperações judiciais distintas.

É certo que no presente caso se verificam efetivamente todas as circunstâncias mencionadas em precedentes judiciais que admitem a recuperação judicial em litisconsórcio ativo, a saber:

- Atividade empresarial dos Requerentes no mesmo setor rural;
- Mesma estrutura física administrativa, em Batatais;
- Compartilhamento de produtos - insumos agrícolas;
- Garantias cruzadas: os Requerentes garantem em aval e fiança as dívidas dos demais, bem como oferecem bens de sua propriedade para a tomada de crédito em benefício do Grupo;
- Administração única e conjunta exercida no âmbito familiar;

A possibilidade de litisconsórcio ativo é tema pacífico na doutrina e na jurisprudência. Confira-se precedente da lavra do E. Des. Presidente PEREIRA CALÇAS:

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Litisconsórcio ativo. Possibilidade. Precedentes desta Câmara que reconheceram a possibilidade, em tese, de pedido de recuperação judicial em litisconsórcio ativo, desde que presentes elementos que justifiquem a apresentação de plano único, bem como a posterior aprovação de tal cúmulo subjetivo pelos credores. Pedido formulado por três sociedades empresárias distintas, detidas direta ou indiretamente por dois irmãos. Grupo econômico de fato configurado. Estabelecimento de uma das sociedades em cidade e estado diversos. Irrelevância no caso concreto, principalmente em razão desta empresa não possuir empregados. Ausência de credores trabalhistas fora da Comarca de Itatiba. Administrador judicial que demonstra a relação simbiótica das empresas. Pedido de litisconsórcio ativo que atende à finalidade última do instituto da recuperação judicial (superação da crise econômico financeira das empresas). Decisão reformada. Agravo provido.¹³

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. REQUISITOS DO ART. 51 DA LEI Nº 11.101/2005 SÃO OS QUE DEVEM CONSTAR DA EXORDIAL PARA SE BUSCAR A RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEVIDA DEMONSTRAÇÃO DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS DO GRUPO SIMBAL. **CONFIGURAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO ATIVO. FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO DE FATO. A DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA ACATAM A FORMAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO ATIVO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL,** A DESPEITO DA AUSÊNCIA DE

¹³ TJSP. Agravo de Instrumento 0281187-66.2011.8.26.0000, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Relator Desembargador Pereira Calças, j. em 26.06.12.

PREVISÃO NA LEI Nº 11.101/2005, QUANDO SE TRATAM DE EMPRESAS QUE INTEGREM UM MESMO GRUPO ECONÔMICO (DE FATO OU DE DIREITO). PEDIDO ALTERNATIVO PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA CADA EMPRESA. MATÉRIA QUE SEQUER FOI ANALISADA NA DECISÃO AGRAVADA.IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE RECURSAL. VEDAÇÃO DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

NÃO CONHECIMENTO. --1 Substituindo o Des. Vitor Roberto Silva. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E, NA PARTE CONHECIDA, NÃO PROVIDO.¹⁴

Chama-se a atenção para os seguintes trechos do julgado transcrito:

No presente caso, é possível a formação de litisconsórcio ativo, na medida em que se tratam de sociedades empresárias pertencentes ao mesmo grupo econômico de fato, o que se confirma diante da análise fática do pedido: **as empresas são controladas pelas mesmas sócias**, Maria Luzia Romera Milani e Adriane Cristina Romera de Oliveira, e **possuem a mesma estrutura administrativa** – uma vez que restou demonstrado que a Eldorado Agricultura e Participações Sociais Ltda possui por função a administração do patrimônio das sociedades do Grupo Simbal, figurando ainda como prestadora de garantias real e fidejussória em inúmeros contratos de financiamento (fls. 06 e 07 da petição inicial).

(...)

Por outro lado, sobre a questão da **diversidade de objetos das empresas, tal situação não impede a formação de litisconsórcio**, na medida em que fazem parte de um mesmo grupo econômico e tal medida

¹⁴ TJPR - 18ª C.Cível - AI - 1415385-0 - Arapongas - Rel.: Denise Antunes - Unânime - - J. 13.04.2016. Grifos não constam no original.

atende à função social das empresas, superando a crise econômico-financeira.

E, como bem lembrado pelo i. Procurador de Justiça em seu parecer, **há muito mais chance de a crise econômico-financeira ser vencida com as cinco empresas juntas**, pois formam um grupo forte no mercado e podem atingir mais facilmente os objetivos da recuperação judicial. Dessa forma, se o litisconsórcio ativo atende à finalidade última da recuperação judicial, **precipuamente a superação da crise-econômico financeira das empresas, o seu deferimento é medida que se impõe.**

Destarte, o processamento em litisconsórcio ativo deve ser admitido, permitindo-se que os Requerentes atuem conjuntamente no curso do processo, em consonância com a forma como sempre desenvolveram suas atividades.

Cabe mencionar que é necessário somar esforços, de forma conjunta, no intuito de enfrentar a dívida que conjuntamente contraíram. Nota-se, pelos fatos e documentações apresentados, que não é possível, para o presente fim, desunir as empresas e empresários em processos distintos e autônomos, **na medida em que há unicidade contratual, societária e administrativa.**

Até porque, do contrário, **os Requerentes seriam forçados a iniciar 3 processos de recuperação judicial distintos, no mesmo foro, com os mesmos credores, e visando preservar a mesma atividade, o que foge da razoabilidade.**

6 - A RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL

Como se sabe, a recuperação judicial pode ser requerida pela

sociedade empresária ou pelo empresário (art. 1º¹⁵, Lei 11.101/2005). Nas lições do Professor Fábio Ulhoa Coelho, “o empresário pode **ser pessoa física ou jurídica**. No primeiro caso, denomina-se empresário individual”¹⁶.

É esta a hipótese dos presentes autos, em que integra o polo ativo os empresários individuais, CHRISTOVAM GARCIA PRADO FERNANDES e FLÁVIO GARCIA FERNANDES.

Com o registro na Junta Comercial (docs. 07/08), o produtor rural fica equiparado ao empresário individual que pode se valer do instrumento da recuperação judicial (art. 1º da Lei 11.101/2005).

SYLVIO MARCONDES - que redigiu o Livro sobre Direito de Empresa do projeto de Código Civil – leciona que “os acontecimentos econômicos e o desenvolvimento acelerado levaram o Projeto atual, não apenas a conceituar o [empresário rural], **mas a dar ao ruralista o tratamento de empresário**, com uma só diferença em relação aos demais empresários: esse tratamento é facultativo. O empresário rural será tratado como empresário se assim o quiser, isto é, se se inscrever no Registro das Empresas, caso em que será considerado um empresário, igual aos outros”¹⁷.

No mesmo sentido, conforme doutrina do Des. MARCELO FORTES BARBOSA FILHO:

Efetuada a inscrição, o empresário rural é aquinhoadado com todos os benefícios e assume todos os deveres comuns aos empresários, tais

¹⁵ Art. 1º Esta Lei disciplina a recuperação judicial, a recuperação extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, doravante referidos simplesmente como devedor.

¹⁶ COELHO, Fábio Ulhoa. Comentários à Lei de Falências e de recuperação de empresas. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 51.

¹⁷ Questões de direito mercantil. São Paulo: Saraiva, 1977, pg. 12.

como previstos nas normas componentes do direito comercial, excluindo a incidência daquelas incluídas no direito comum, o direito civil¹⁸.

6.1 – ATUAÇÃO DOS REQUERENTES DO SETOR RURAL

Os Requerentes são pessoas físicas registradas como empresários (produtores rurais) **(1)** na Junta Comercial (docs. 07/08), **(2)** no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) (docs. 09/10) e **(3)** nos cadastros de contribuintes fiscais (docs. 11/12). Ademais, **(4)** há anos efetuam sua relação de imposto de renda na condição de produtor rural (docs. 13/14).

Sua atuação no setor pode ser comprovada, ainda, pelas inúmeras notas fiscais em anexo (doc. 15/16).

A atuação dos Requerentes no setor data de muitos anos, como já explicado no item 2, na condição de produtores rurais envolvidos na operação da AGROPLANTA, bem como no plantio, valendo-se dos produtos da AGROPLANTA (doc. 17).

Assim, os produtores rurais Requerentes exercem atividade empresarial há mais de dois anos, conforme exigido pelo *caput* do art. 48 da Lei de Falências.

Para comprovar tal assertiva, repita-se que os empresários estão inscritos como produtores rurais há muitos anos em diversos órgãos. Ademais, inúmeros documentos comprovam a atividade rural há muitos anos. A saber:

¹⁸ Código Civil Comentado, 9ª ed., Coord. Min. Cezar Peluso, Manole, 2015, p. 938.

1. Cadastro no CNPJ/MF, como produtores rurais, desde 2006 e 2015 (docs. 09/10);
2. Cadastro perante o Fisco na condição de produtor rural (docs. 12/13).
3. Declarações de imposto de renda, nas quais constam receitas, despesas, lucros e prejuízos advindos da atividade rural (doc. 13/14);
4. Posse e propriedade de imóveis rurais e de bens ligados à atividade rural, como tratores e equipamentos (vide declarações de imposto de renda, docs. 13/14);
5. Notas de vendas dos produtos por eles cultivados da atividade de plantio (doc. 15/16);
6. Notas comprovando a relação de interdependência entre os produtores requerentes e a AGROPLANTA (Doc. 17); e
7. Notas de compras de produtos relacionados à atividade de produtores rurais, bem como folhas de pagamento de seus funcionários. (Doc. 18)

Com efeito, não seria legítimo alegar que a recuperação judicial dos produtores rurais poderia implicar em prejuízo aos credores que com eles contrataram. Confirme-se:

Primeiro, porque os Requerentes são conhecidos produtores rurais, devidamente registrados como tal em diversos órgãos públicos.

Segundo, porque qualquer credor que negocie com produtor rural sabe que pode ter seu crédito submetido a uma recuperação judicial, afinal, é a própria lei que equipara o produtor rural ao empresário. Aplicável o brocardo latino *ignorantia legis neminem excusat*, ainda mais por se tratar de tema com intensa discussão atualmente.

Terceiro, porque a lei de falências foi alterada em 2013 justamente para facilitar o acesso de produtores ao processo de recuperação judicial (Lei 12.873/2013). A alteração legislativa permitiu que o produtor rural apresente outro meio de prova – **a declaração de imposto de renda** – para comprovação da atividade pelo biênio legal previsto no art. 48, *caput*, da LRF. Ao assim fazer, o legislador confirmou o tratamento legal especial aos produtores rurais e a intenção da lei em permitir sua recuperação judicial.

6.2 – JURISPRUDÊNCIA DO E. TJSP

A jurisprudência do Egrégio TJSP já se consolidou pela **possibilidade da recuperação judicial de empresários produtores rurais pessoas físicas**.

Confira-se a esse respeito recente acórdão da lavra do Excelentíssimo Des. HAMID BDINE, citando doutrina dos Profs. Fábio Ulhoa Coelho e Sérgio Campinho, em que foi autorizado o processamento da recuperação judicial de nove produtores rurais:

Fábio Ulhoa Coelho anota que o produtor rural está dispensado de requerer a sua inscrição no registro das empresas, mas pode fazê-lo. Se optar por se registrar na Junta Comercial, será considerado empresário e submeter-se-á ao regime correspondente. Neste caso, deve manter a escrituração regular, levantar balanços periódicos e pode falir ou requerer a recuperação judicial. Sujeita-se, também, às sanções da irregularidade no cumprimento das obrigações gerais dos empresários (Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa, v. 1, 16ª ed., 2012, Saraiva, p. 136).

Em outras palavras, o que define o empresário não é o registro perante a Junta Comercial, mas o efetivo exercício de atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços, nos termos do art. 966, caput, do CC. É esse o entendimento adotado por Sérgio Campinho:

“O arquivamento dos atos constitutivos das firmas individuais ou das sociedades na Junta Comercial não assegura, pelo só efeito do registro, a condição de empresário que se verifica pelo exercício profissional da atividade que lhe é própria, tal qual definida no art. 966. Da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis resulta a presunção de se ter alguém dedicado a exercer atividade própria de empresário. É uma prova prima facie, mas que pode ser elidida por prova mais robusta em sentido contrário. O vocábulo “equiparar” utilizado no texto legal é proposital e quer traduzir o ato de dar tratamento igual, conceder à pessoa determinado tratamento já dispensado à outra. O registro não os constitui empresários, mas a ele os equipara, para fins de tratamento legal.

Diante de todos os argumentos expostos, firmamos nosso convencimento de que as regras e os princípios delas resultantes, veiculadas pelo Código de 2002, não alteraram a natureza e o efeito do velho registro de comércio, permanecendo o caráter declaratório e não constitutivo da condição de empresário. O registro é uma obrigação imposta por lei ao empresário, mas não um pressuposto para a aquisição

dessa qualidade (Curso de Direito Comercial: Direito de Empresa, 14^a ed., Saraiva, 2016, p. 40-43)¹⁹.

No mesmo sentido, também do Egrégio TJSP:

Recuperação Judicial. Decisão que defere seu processamento. Impugnação por via do Agravo de Instrumento admissível. Recuperação Judicial Empresário Rural. Cabimento, desde que comprovado o desenvolvimento da atividade por mais de dois anos, inscrevendo-se perante o Registro Mercantil em data anterior ao pedido, legitimado o espólio, representado pela inventariante. Inteligência do art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei 11.101/05. Recuperação Judicial. Empresário Rural. Para a postulação, não basta a inscrição antecedente no Registro Mercantil, exigindo, a lei, que se comprove o desenvolvimento efetivo da atividade por dois anos²⁰.

Recuperação judicial - Requerimento por produtores rurais em atividade por prazo superior àquele de 2 (dois) anos exigido pelo artigo 48, caput, da Lei nº 11.101/2005, integrantes de grupo econômico na condição de empresários individuais respaldados pelos artigos 966 e 971 do Código Civil e/ou de sócios das sociedades coautoras - Legitimidade reconhecida. Irrelevância da alegada proximidade entre as datas de ajuizamento do feito e das prévias inscrições dos produtores rurais como empresários individuais na Junta Comercial do Estado de São Paulo - Firme entendimento jurisprudencial no sentido de que a regularidade da atividade empresarial pelo biênio mínimo estabelecido no supramencionado dispositivo legal deve ser aferida pela constatação da manutenção e continuidade de seu exercício, e não a partir da prova da

¹⁹ TJSP - Agravo 2062908-35.2018.8.26.0000 - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Rel. Des. Hamid Bdine – j. 04/07/2018.

²⁰ TJSP – Agravo de instrumento 2048349-10.2017.8.26.0000 - Rel. Des. Araldo Telles – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - j. 30/10/2017.

existência de registro do empresário ou ente empresarial por aquele lapso temporal - Manutenção do deferimento do processamento da demanda - Agravo de instrumento desprovido²¹.

Também recentemente, a 1ª Câmara de Direito Empresarial do Eg. TJSP admitiu a recuperação judicial de produtores rurais no âmbito do agravo de instrumento nº 22511.28-51.2017.8.26.0100, Rel. Des. Alexandre Lazzarini.

Por fim, confira-se a doutrina em direito falimentar sobre o assunto:

Quanto aos empresários rurais, a solução legal é *sui generis*. Estarão eles, conforme estiverem ou não inscritos no Registro Público de Empresas Mercantis, sujeitos ou não aos termos da LRE. É que por força do art. 971 do Código Civil, uma vez inscritos, estarão equiparados, 'para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro'. Assim sendo, embora a atividade desenvolvida pelo agricultor, pelo pecuarista ou pelo silvicultor seja considerada legalmente não-empresária, porque diretamente ligada aos ciclos da natureza, o que a diferencia essencialmente da organização da atividade econômica do empresário, nada impede que aquele, por um ato de vontade, se inscreva no Registro de Empresas, e se equipare, desse modo, aos empresários em geral. A norma legal em tela faz todo sentido, porque seria desconhecer a realidade vedar, por exemplo, a uma agroindústria de porte o acesso à recuperação judicial. Mas seria igualmente irreal expor à falência um pequeno produtor rural que explore uma propriedade exclusivamente com o esforço próprio e de alguns familiares²².

²¹ TJSP - Agravo de instrumento 2037064-59.2013.8.26.0000 - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Rel. Des. José Reynaldo - j. em 22/09/2014.

²² Comentários à lei de recuperação de empresas e falência. Coordenado por Paulo Fernando C. S. Toledo e Carlos Henrique Abrão. São Paulo: Saraiva, 2005, pg. 3.

In casu, contemplar a possibilidade de não se admitir a recuperação judicial aos produtores rurais Requerentes seria, em verdade, afastar-lhes a proteção que a Lei, a jurisprudência e a doutrina lhe conferem.

Desse modo, não restam dúvidas quanto ao cabimento da recuperação judicial aos produtores rurais nos moldes ora requeridos.

7 - ATENDIMENTO AOS DOCUMENTOS E REQUISITOS OBJETIVOS DA LEI

Em consonância com as exigências legais (art. 48²³, da Lei 11.101/05) e como adiantado no item 2 *supra*, as Requerentes declaram exercer regularmente suas atividades há mais de dois anos, nunca tiveram sua quebra decretada e jamais obtiveram os benefícios de uma recuperação judicial, conforme pode-se aferir mediante análise do doc. 20, acostado à essa inicial.

Satisfeitas as condições exigidas pelo artigo 48 e pelo inciso I do artigo 51, ambos da LRF, demonstra-se a observância dos demais requisitos constantes dos incisos II a IX, do artigo 51 da Lei 11.101/05, conforme tabela que segue:

Matriz/Filiais	Certidões Simplificadas	Documento
Doc. Pessoais (Sócios/Adm.)	RG; CPF; Certidão de Casamento;	Docs. 13/14 e 19

²³ Art. 48. Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes; II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial; III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei. §1º A recuperação judicial também poderá ser requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros do devedor, inventariante ou sócio remanescente. §2º Tratando-se de exercício de atividade rural por pessoa jurídica, admite-se a comprovação do prazo estabelecido no caput deste artigo por meio da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ que tenha sido entregue tempestivamente.

	Imposto de Renda dos 3 últimos exercícios	
Art. 48, caput	Exercício da atividade por mais de 2 anos	Docs. 13/16
Art. 48, I, II e III	Não serem falidas ou terem obtido RJ há menos de 5 anos ou há menos de 8 anos por plano especial	Doc. 20
Art. 48, IV	Declaração de ausência de condenação criminal dos sócios	Doc. 21/22
Art. 51, I	Causas concretas da situação patrimonial do devedor e razões da crise econômico-financeira	Doc. 02 e item 3 acima
Art. 51, II	Balanço Patrimonial últimos 3 exercícios sociais	Doc. 23
	Demonstrativo de resultado	Doc. 23
	Fluxo de caixa e Projeção	Doc. 06
Art. 51, III	Relação de credores	Docs. 24/26
Art. 51, IV	Relação Integral dos empregados	Doc. 27
Art. 51, V	Certidão de regularidade na Junta Comercial	Docs. 07/08 e 28
	Última alteração do contrato social	Doc. 29
	Ata de nomeação dos atuais diretores/administradores	Doc. 29
Art. 51, VI	Relação dos bens dos sócios e administradores	Docs. 30/31
Art. 51, VII	Extratos Bancários	Doc. 32/33
Art. 51, VIII	Certidões de Protesto	Docs. 34/39
Art. 51, IX	Lista de ações judiciais	Doc. 40

Com efeito, restam devidamente cumpridas todas as exigências legais acima transcritas, bem como devidamente demonstrada a viabilidade de soerguimento das Requerentes, impondo-se, portanto, o deferimento desta recuperação judicial na forma adiante requerida.

8 - PEDIDOS

Ante o exposto, o GRUPO AGROPLANTA requer seja:

- a) Deferido do processamento do presente pedido de

recuperação judicial, nos termos do artigo 52, da Lei nº 11.101/2005 e em consonância com o requerido no item 5, ou seja, deferindo o processamento em litisconsórcio ativo tanto às sociedades empresárias legítimas como para os produtores rurais;

- b)** Suspensas todas as ações ou execuções já ajuizadas – ou que venham a ser ajuizadas, por débitos concursais e/ou indicados na lista de credores;
- c)** Nomeado o administrador judicial;
- d)** Dispensada a apresentação das certidões negativas para que a Requerente exerça suas atividades, nos termos do art. 52, II, da LRF;
- e)** Intimado o D. Representante do Ministério Público, bem como a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal;
- f)** Intimada a Junta Comercial do Estado de São Paulo informando o deferimento do processamento da recuperação judicial e determinando a inclusão do termo “em recuperação judicial” no nome empresarial das Requerentes;
- g)** Expedido o edital para publicação no órgão oficial do resumo do presente pedido, bem como da decisão que deferir o processamento da presente recuperação e a

relação nominal de credores com o respectivo valor atualizado e a classificação de cada crédito, advertindo-se acerca do prazo de 15 (quinze) dias para apresentação ao Administrador Judicial nomeado eventuais habilitações ou divergências relativas aos créditos apresentados.

Desde logo, salienta-se que, com o deferimento do processamento do presente pedido, as Requerentes se comprometem a apresentar, mensalmente, enquanto esta perdurar, a documentação e demonstrativos contábeis exigidos por Lei.

Finalmente, requer sejam todas as publicações das Requerentes realizadas em nome dos seguintes advogados: TIAGO SCHREINER LOPES (OAB/SP 194.583) e FELIPE LOLLATO (OAB/SP 419.477-A), **em conjunto**, sob pena de nulidade²⁴, indicando ainda, para fins de intimações eletrônicas, os endereços de e-mail *intimacoes.sp@lollato.com.br*.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo certo que o valor da causa não é atribuído de acordo com o valor do passivo concursal, em consonância com o entendimento do E. TJSP²⁵, pois o recolhimento do falo total é feito ao final do processo, como determina o art. 63,

²⁴ Segundo o Eg. STJ: "A intimação do acórdão proferido pela Corte de origem, ainda no processo de conhecimento, sem a observância do pedido do ora recorrente de que as futuras intimações fossem feitas em nome dos advogados apontados pela parte implica afronta à regra do art. 236, § 1º, do CPC, cuidando-se de nulidade absoluta, que pode ser decretada de ofício e que enseja a nulidade dos atos processuais subsequentes, nos termos da reiterada orientação deste Pretório. Precedentes" (REsp 1213920/MT, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2011, DJe 05/08/2011).

²⁵ "AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VALOR DA CAUSA. Majoração do valor da causa com base no valor do passivo declarado pelas autoras. Inadequação da decisão. Proveito correspondente à diferença entre o valor nominal do passivo e o saldo novado mediante aprovação do plano pela assembleia geral de credores. Mensuração que não é possível nesta fase inicial, admitindo-se a fixação de valor estimado, com recolhimento de eventual diferença ao final, na forma do art. 63, II, da Lei n. 11.101/05 (TJSP - Agravo de Instrumento 2141540-75.2018.8.26.0000 - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Rel. Des. Hamid Bdine - j. 29/08/2018).



l²⁶, da Lei de Falências.

Nestes termos,
Pedem Deferimento.
Batatais, 1º de agosto de 2019.

Tiago Schreiner Lopes
OAB/SP 194.583

Felipe Lollato
OAB/SP 419.477-A

Guilherme França
OAB/SP 324.907

²⁶ “Art. 63. Cumpridas as obrigações vencidas no prazo previsto no caput do art. 61 desta Lei, o juiz decretará por sentença o encerramento da recuperação judicial e determinará: II – a apuração do saldo das custas judiciais a serem recolhidas”.